

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A CNPJ nº 17.745.613/0001-50 **GRUPO BAHAMAS** 1/3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em R\$ mil)				DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em R\$ mil)					
ATIVO	Notas explicativas	2020	2019	1 de janeiro de 2019	PASSIVO CIRCULANTE	Notas explicativas	2020	2019	1 de janeiro de 2019
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	96.923	172.148	53.040	Empréstimos e financiamentos	16	46.000	88.148	52.566
Cartões a receber diversos	6	131.551	111.256	103.931	Fornecedores	17	283.989	229.261	225.260
Contas a receber diversos	7	21.642	65.244	48.955	Impostos e contribuições a recolher	18	12.743	9.841	8.262
Impostos a recuperar	8	2.011	3.446	339	Obrigações sociais e contribuições previdenciárias	19	11.608	20.581	13.586
Adiantamentos diversos	9	4.952	2.169	6.813	Provisão de férias e encargos	20	17.897	16.863	15.289
Estoque	10	304.592	213.429	205.381	Passivos de arrendamento	21	59.791	42.822	-
		561.671	567.692	418.459	Operações de debêntures	23	31.579	34.780	-
					Outras contas a pagar	22	385	2.343	447
							463.992	444.639	315.410
NÃO CIRCULANTE					NÃO-CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					Empréstimos e financiamentos	16	38.885	52.572	112.375
Ativos fiscais diferidos e dep judiciais	11	16.029	11.550	10.692	Passivos de arrendamento	21	390.973	373.866	-
Títulos de capitalização	12	150	150	256	Operações de debêntures	23	168.421	165.220	-
		16.179	11.700	10.948	Provisão para riscos judiciais	24	24.656	24.813	23.834
					Passivo fiscal diferido e parcelamentos	25	2.096	-	-
Ativo de direito de uso	13	441.904	410.374	-			625.031	616.471	136.209
Investimentos	14	23.000	3.918	3.918	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26	100.000	100.000	59.742
Imobilizado líquido	15	271.085	244.667	205.023	Capital social		7.601	7.601	6.575
		735.989	658.959	208.941	Reserva legal		117.215	69.640	120.412
					Reserva de lucros		224.816	177.241	186.729
TOTAL DO ATIVO		1.313.839	1.238.351	638.348	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.313.839	1.238.351	638.348

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Supermercado Bahamas S.A. ("Companhia") é uma Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Juiz de Fora - MG, subdividida em 63 operações, tendo como principais atividades: comércio varejista e atacadista em geral, com predominância de produtos alimentícios. **COVID-19-Efeito do coronavírus nas Demonstrações Financeiras:** Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2020, no qual destaca a importância das Entidades considerarem cuidadosamente todos os impactos do COVID-19 em suas atividades, e reportarem nas Demonstrações Financeiras os diversos riscos e incertezas advindos desta análise em observância às normas contábeis vigentes. O surto do coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, e desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado e público, que somadas ao impacto potencial desse surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Na data de emissão dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia não vislumbra riscos ou possíveis incertezas que possam nesse momento afetar a continuidade de seus negócios, as estimativas e julgamentos contábeis. Entretanto, a Administração entende que não é possível até o presente momento, mensurar ou antecipar possíveis efeitos econômico-financeiros futuros decorrentes da continuidade da pandemia do COVID-19 sobre o Supermercado Bahamas S.A. que porventura poderá afetar a continuidade da atividade da Companhia. **2. GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A Companhia aprimora constantemente suas práticas de governança corporativa. A Administração entende que o bom relacionamento com seus clientes e fornecedores contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas também seu desempenho operacional. Em linha com as boas práticas de governança corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas ao mercado, privilegiando a transparência e tornando mais robusto e efetivo o relacionamento com partes relacionadas dentro da sua área de atuação. **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. A Administração considera que a Companhia possui recursos para manter seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas. A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Companhia afirma que todos as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do negócio. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2021. **a) Apresentação das demonstrações financeiras comparativas:** Os usuários das demonstrações financeiras devem ter a possibilidade de comparar as demonstrações Financeiras da Companhia ao longo do tempo para identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa. Em 18 de janeiro de 2021, a Companhia recebeu autos de infração das autoridades fiscais relacionados a tributos sobre a receita não recolhidos incidentes sobre bonificações e outras receitas relacionadas aos exercícios de 2016 e 2017. Em 9 de fevereiro de 2021, a Companhia acatou parte destes autos, através da assunção de um parcelamento. Os efeitos apurados, principalmente relacionados ao registro de passivos adicionais, bem como seus efeitos tributários diferidos, foram estimados e apresentados retrospectivamente, de acordo com os requerimentos da Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23). Por se tratar de efeitos de exercícios anteriores à 1ª de janeiro de 2019, os efeitos das correções foram integralmente reconhecidos em nesta data, sem impactos no resultado e nos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os quadros comparativos encontram-se abaixo discriminados: Em 1ª de janeiro de 2019:

	1 de janeiro de 2019	Ajustes	1 de janeiro de 2019	Ajustado
ATIVO				
Ativos Fiscais Diferidos e Dep judiciais	4.935	5.757	10.692	
Outros ativos	627.656	-	627.656	
TOTAL DO ATIVO	632.591	5.757	638.348	
PASSIVO				
Provisão para riscos judiciais	857	22.977	23.834	
Outros passivos	427.785	-	427.785	
Patrimônio Líquido	203.949	(17.220)	186.729	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	632.591	5.757	638.348	

	31 de dezembro de 2019	Ajustes	31 de dezembro de 2019	Ajustado
ATIVO				
Ativos Fiscais Diferidos e Dep judiciais	5.793	5.757	11.550	
Outros ativos	1.226.801	-	1.226.801	
TOTAL DO ATIVO	1.232.594	5.757	1.238.351	
PASSIVO				
Provisão para riscos judiciais	1.836	22.977	24.813	
Outros passivos	1.036.297	-	1.036.297	
Patrimônio Líquido	194.461	(17.220)	177.241	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.232.594	5.757	1.238.351	

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Receita de vendas e os correspondentes custos são registrados como segue, em função dos negócios da Companhia, considerando o seguinte: (i) A receita de venda é reconhecida quando da emissão do cupom fiscal de vendas ou da nota fiscal de vendas; (ii) a receita relacionada à venda de bens do ativo imobilizado é reconhecida quando da emissão da nota fiscal; (iii) as demais receitas de produtos e serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes. **b) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para risco de perdas de crédito, inclusive as estimadas, provisão para desvalorização de estoques, impostos de renda diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. **c) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Abrangem numerários em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superior ao valor de mercado. **d) Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos:** A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos e passivos financeiros da Companhia estão classificados como "custo amortizado", considerando os requerimentos da NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. As operações são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia previamente aprovada pela Diretoria. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados: **a. Risco de Taxa de Câmbio:** O Supermercado Bahamas não tem contratos vinculados a variações cambiais. **b. Risco de Taxa de Juros e Atualização Monetária:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes. Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes dos preços praticados não acompanham necessariamente os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia. Como forma de minimizar os efeitos das taxas de juros, a Companhia busca cumprir todas as suas obrigações no prazo acordado. Os riscos decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados são minimizados por meio de negociações de taxas de juros pré-fixadas. **c. Risco de Crédito:** As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A política de concessão de créditos aos clientes é constantemente atualizada. A Companhia também contrata os serviços de escritórios especializados em cobrança, para gerir a carteira de inadimplentes. Revê, ainda, periodicamente, suas políticas de negociação com os inadimplentes, de forma a ampliar as possibilidades de quitação da dívida e, ao mesmo tempo, controlar possíveis atos de má-fé por parte dos seus clientes. **d. Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros:** A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, o qual não está protegido por instrumentos financeiros derivativos de hedge. A administração entende que os riscos são insignificantes já que as operações contratadas com taxas fixas e de médio prazo e que representam pouco impacto no resultado operacional dos negócios. Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a: • Caixa e equivalentes de caixa - (nota explicativa nº 5); • Cartões a receber de clientes - (nota explicativa nº 6); • Fornecedores - (nota explicativa nº 17); • Empréstimos e financiamentos - (nota explicativa nº 16); e • Operações com debêntures - (nota explicativa nº 23). Quando ocorrer ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o regime de competência. **e) Estoques:** Os estoques estão avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem de valor recuperável líquido dos impostos sobre a venda. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa de nº 15 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os custos subsequentes são incluídos ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo em separado, conforme apropriado, somente quando esses ativos aumentam a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros do item do ativo imobilizado a eles incorporados, não superando seu valor recuperável e que possam ser medidos de forma confiável. Entende-se como valor recuperável o maior valor entre o valor de uso e o valor justo do item do ativo imobilizado. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem. Os bens que compõem o ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **g) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que derivam origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **j) Empréstimos e Financiamentos:** Estão atualizados pelas variações monetárias e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **k) Arrendamentos mercantis:** A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2020	2019
Caixa	3.721	27.335
Bancos	16.856	138.337
Aplicações Financeiras	76.346	6.476
Total	96.923	172.148

6. CARTÕES A RECEBER DIVERSOS

Descrição	2020	2019
Cartão Elo Crédito	5.528	4.913
Cielo S.A.-Elo Debito	1.500	895
Cielo S.A.-Maestro Debito	1.863	1.244
Ticket Alimentação Eletrônico	4.357	3.608
Cielo S.A	88.602	70.057
Vale Mais Empório Card S.A	1	2
Cia Brasileira de Soluções-Alelo	7.303	6.299
BTR Administradora de Cartões Ltda.	7.316	11.364
Diners	1	-
Good Vale	25	26
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A	713	4.545
Valecard-Trivale Administração Ltda.	2.003	1.633
Cabal Brasil	1.640	2.514
Polycard	4.753	1.522
Bigcard Administradora de Convênios e Serviços	421	621
Hipercard	103	85
Smartnet VR Alimentação	1.039	602
Verocard	603	472
BTR Administradora de Cartões Ltda.-Alimentação	-	91
LeCARD	199	191
Green Card	276	242

	Notas Explicativas	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	2.922.467	2.432.833
Custo das mercadorias vendidas	29	(2.347.982)	(1.942.894)
		574.485	489.939
LUCRO BRUTO			
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	30	(21.080)	(23.250)
Despesas trabalhistas	30	(260.822)	(244.795)
Despesas tributárias	30	(5.247)	(8.942)
Despesas comerciais e operacionais	30	(139.868)	(134.938)
Despesas não dedutíveis	30	(75.220)	(71.534)
Outras receitas operacionais	30	982	34.724
		(501.255)	(448.735)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO		73.230	41.204
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	31	14.385	7.151
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS TRIBUTAÇÕES		87.615	48.355
IRPJ Diferido	27	1.846	-
CSLL Diferido	27	664	-
IRPJ Corrente	27	(20.535)	(11.165)
CSLL Corrente	27	(7.401)	(4.028)
		(25.426)	(15.193)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		62.189	33.162

	2020	2019
RESULTADO DO EXERCÍCIO	62.189	33.162
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	62.189	33.162

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	59.742	6.575	137.632	-	203.949
Efeitos da reapresentação das demonstrações financeiras	-	-	(17.220)	-	(17.220)
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	59.742	6.575	120.412	-	186.729
Lucro do exercício	-	-	-	33.162	33.162
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.650)	(12.650)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.650)	(12.650)
Lucro líquido do exercício ajustado pelos juros sobre capital próprio	-	-	-	20.512	20.512
Integralização de capital	40.258	-	(40.258)	-	-
Destinações					
Distribuição aos sócios	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Constituição reserva legal	-	1.026	-	(1.026)	-
Constituição reservas de lucros	-	-	19.486	(19.486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	100.000	7.601	69.640	-	177.241
Lucro do exercício	-	-	-	62.189	62.189
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(9.462)	(9.462)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(9.462)	(9.462)
Lucro líquido do exercício ajustado pelos juros sobre capital próprio	-	-	-	52.727	52.727
Destinações					
Distribuição aos sócios	-	-	(5.152)	-	(5.152)
Constituição reserva legal	-	2.636	-	(2.636)	-
Constituição reservas de lucros	-	-	50.091	(50.091)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.000	10.237	114.579	-	224.816

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em R\$ mil)

(...) CONTINUAÇÃO (...) SUPERMERCADO BAHAMAS S/A - CNPJ nº 17.745.613/0001-50

10. ESTOQUES

Descrição	2020	2019
Mercadorias para revenda	304.459	213.373
Mercadorias a classificar	133	56
Total	304.592	213.429

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: Os saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências com grau de risco de perda possível e remoto estão a seguir demonstrados:

Descrição	2020	2019
IRPJ-Ativo Fiscal Diferido	7.243	4.233
CSLL-Ativo Fiscal diferido	2.608	1.524
FAP/SAT	4.458	4.458
Depósito em Consignação	133	133
Outros	1.587	1.202
Total	16.029	11.550

12. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO E OUTROS

Descrição	2020	2019
Títulos de capitalização	150	150
Consórcios	-	-
Total	150	150

13. ATIVO DE DIREITO DE USO: Os principais impactos da adoção inicial da NBC TG 06 (R2) nas demonstrações financeiras para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019 são apresentados a seguir:

Descrição	2020		2019	
	Taxa de depreciação a.a. (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Ativo Imobilizado Direito de Uso	-	-	-	-
Imobilizado-Direito de Uso Imóveis	-	524.685	(104.168)	420.517
Imobilizado-Direito de Uso Veic/Aeronav	-	21.750	(363)	21.387
Total	-	546.435	(104.531)	441.904

14. INVESTIMENTOS

Descrição	2020	2019
Investimento-BPS AIR Gestão de Negócios	-	30
Provisão perda de investimentos	-	(30)
Subtotal	-	-
AFAC-BPS AIR Gestão de Negócios	-	3.918
AFAC- Outras Empresas-D Lopes e JCMC Empreend Imob (i)	23.000	-
Subtotal	23.000	3.918
Total	23.000	3.918

(i) Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital se referem a investimento da Companhia em partes relacionadas que irão, de acordo com o planejamento estratégico da Companhia, atuar nos negócios de logística e construção civil. 15. IMOBILIZADO: O ativo imobilizado da Companhia é empregado exclusivamente nas operações relacionadas ao comércio atacadista e varejista dos produtos adquiridos, serviços de logística de distribuição de mercadorias e demais atividades descritas no contexto operacional.

Descrição	2020		2019	
	Taxa de depreciação a.a. (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	2.364	-	2.364
Edificações	1,4	2.006	-	2.006
Beneficiárias de terceiros	10	174.206	(46.771)	127.435
Veículos	10	20.703	(17.970)	2.733
Aeronaves	10	5.191	(4.510)	681
Móveis e utensílios	10	3.866	(3.272)	594
Máquinas e equipamentos	10	16.155	(4.692)	11.463
Instalações Comerciais	10	216.553	(102.226)	114.327
Informática Hardware	20	33.233	(23.751)	9.482
Total	-	474.277	(203.192)	271.085

a) A depreciação acumulada registrada nos exercícios de 2020 e 2019 no resultado operacional pode ser assim demonstrada:

Descrição	2020	2019
Despesa com depreciação e amortização	91.548	75.304
Total	91.548	75.304

b) Em atendimento à NBC TG 27 que trata do Ativo Imobilizado, segue demonstrativo da movimentação do custo do ativo imobilizado ocorrida em 2020:

DESCRICAÇÃO	31/12/2019	ADICÕES	BAIXAS	31/12/2020
Terrenos	-	2.364	-	2.364
Edificações	2.006	-	-	2.006
Beneficiárias de terceiros	147.568	26.655	17	174.206
Veículos	20.135	718	150	20.703
Aeronaves	5.051	140	-	5.191
Móveis e utensílios	3.577	289	-	3.866
Máquinas e equipamentos	4.648	11.758	251	16.155
Instalações comerciais	197.199	21.594	2.240	216.553
Informática Hardware	29.404	3.842	13	33.233
TOTAL	409.588	67.360	2.671	474.277

Redução do valor recuperável: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado periodicamente, caso haja indicadores de perda de valor, conforme determina a NBC TG 01, que requer que os ativos sejam registrados por valor passível de ser recuperado por uso ou por venda. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados indicadores de perda de valor para os ativos imobilizados da Companhia. 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Os valores constantes nesta rubrica se referem: (1) contratos de capital de giro captados, (2) leasing financeiro e (3) FINAMES, que podem ser assim representados:

Instituição Financeira	2020		2019	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Banco do Brasil	15.013	136	26.050	6.458
Banco Bradesco	17.524	5.199	24.466	17.773
Banco Itaú S/A.	7.599	7.780	7.506	13.562
Banco Santander	2.747	12.324	12.989	5.071
Banco Safra	5.198	2.677	8.017	5.107
Banco Alfa	-	-	12.680	-
Banco Mercedes	723	1.254	793	1.965
Banco BDMG	1.383	15.964	613	6.065
Consórcio a PG-	558	-	392	809
Juros s/ Empréstimos	(4.745)	(6.449)	(5.358)	(4.238)
Total	46.000	38.885	88.148	52.572

Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais dos diretores, hipotecas, notas promissórias e duplicatas mercantis. 17. FORNECEDORES

Descrição	2020	2019
Fornecedores	283.989	229.261
Total	283.989	229.261

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER: Os Impostos e Contribuições a Recolher podem ser assim demonstrados:

Descrição	2020	2019
PIS a Recolher	820	406
COFINS a Recolher	3.831	1.921
CSLL a Recolher	1.307	1.203
ICMS a Recolher	2.522	2.058
ICMS ST a Recolher	-	24
IRF a Recolher	469	846
IRPJ a Recolher	3.499	3.220
ISSQN a Recolher	165	163
Impostos Parcelados a Pagar	130	-
Total	12.743	9.841

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS: As Obrigações Sociais e Previdenciárias podem ser assim demonstradas:

Descrição	2020	2019
Ordenados e Salários a Pagar	6.047	5.457
Pensão Alimentícia a Pagar	64	54
Liq Rescisão a Pagar	-	115
Retirada Pro-Labore a Pagar	5	4
Lucros a pagar	-	9.481
INSS a Recolher	4.219	4.254
FGTS a Recolher	1.000	952
Contrib Sindical a Recolher	121	80
CSRF a Recolher	51	59

Aos Acionistas e Administradores do Supermercado Bahamas S/A. Juiz de Fora - MG. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Supermercado Bahamas S/A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Supermercado Bahamas S/A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Supermercado Bahamas S/A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades

INSS Retido a Recolher 101 125

Total 11.608 20.581

20. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS: A Provisão de Férias e Encargos estão assim demonstrados:

Descrição	2020	2019
Provisão de Férias a pagar	13.036	12.294
INSS s/Férias Provisionadas a Recolher	3.723	3.506
FGTS s/Férias Provisionadas a Recolher	1.138	1.063
Total	17.897	16.863

21. PASSIVO DE ARRENDAMENTO: A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis / máquinas / equipamentos utilizados em suas atividades operacionais, onde a vigência dos contratos tem média equivalente a 60 meses (5 anos). Esses contratos são anualmente corrigidos pelos índices acordados entre as partes (IGPM, INCC, etc.) para que possam refletir os seus valores de mercado. As taxas apuradas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro.

Passivo de Arrendamento	2020		2019	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Direito de Uso a Pagar-Arrendam	83.881	481.220	65.180	465.819
(-) Juros s/Direito de Uso	(24.090)	(90.247)	(22.358)	(91.953)
Total	59.791	390.973	42.822	373.866

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR: As Outras Contas a Pagar podem ser assim demonstradas:

Descrição	2020	2019
Associações de Classe a Pagar	162	158
Troco Solidário a Depositar	48	53
Convenio Unimed a Pagar	173	141
Outras Contas a Pagar	2	1.991
Total	385	2.343

23. OPERAÇÃO DE DEBÊNTURES: A Operação de Debêntures segue assim demonstradas:

Descrição	2020	2019
Circulante	-	-
Operação de Debêntures a Pagar	31.579	34.780
Não Circulante	-	-
Operação de Debêntures a Pagar	168.421	165.220
Total	200.000	200.000

Data de Emissão: a data de emissão das Debêntures ocorreu do dia 30 de outubro de 2019. Convertibilidade: As Debêntures são simples, não convertíveis em ações de emissão da emissora. Espécie: As Debêntures são da espécie com garantia real e com garantia adicional fiduciária. Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures: As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturante e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debiturista. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, de forma que vencerão no dia 30 de outubro de 2025 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão; Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures são de R\$1 (mil reais), na Data de Emissão; Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures: O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa 2,1% ao ano ("Remuneração"). As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), que, em caso de descumprimento, podem resultar no vencimento antecipado das obrigações. Na data destas demonstrações financeiras, a Administração entende que atendeu aos requerimentos de todas as cláusulas restritivas. 24. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS: As Provisões e Contingências podem ser assim demonstradas:

Descrição	2020	2019
Prov P/Contingências Tributárias	22.977	22.977
Prov P/Contingências Trabalhistas	1.029	1.606
Prov P/Contingências Cíveis	650	230
Total	24.656	24.813

25. PASSIVO FISCAL DIFERIDO E PARCELAMENTOS

Descrição	2020	2019
Impostos Federais Parcelados a Pagar	512	-
IRPJ Diferido a Recolher-LP	1.165	-
CSLL Diferido a Recolher-LP	419	-
Total	2.096	-

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O Capital Social é de R\$100.000 e está representado por 99.999.986 ações ordinárias e 14 ações preferenciais, todas nominativas. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, controlado integralmente por investidores brasileiros, é representado por ações no valor de R\$1,00 (um real), demonstrado como segue:

Descrição	2020 em R\$	2019 em R\$
Ações Ordinárias	99.999.986	99.999.986
Ações Preferenciais	14	14
Total	100.000.000	100.000.000

b) Reserva legal: Em cumprimento as obrigações estatutárias, a reserva legal foi constituída ao percentual de 5% do lucro líquido quando apurado até o limite de 20% do Capital Social.

Descrição	2020 em R\$	2019 em R\$
Reserva Legal	10.237	7.601
Total	10.237	7.601

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A Companhia vem provisionando as parcelas para o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro, mensalmente, obedecendo ao regime de competência. A composição da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

Descrição	2020	2019
Resultado do exercício antes das tributações	78.152	35.705
Participações e Contribuições	-	-
Adições-Efeitos IFRS 16	70.958	69.660
Adições-Efeitos Leasing IFRS 16	380	-
Outras Adições	3.921	2.367
Exclusões-Efeitos IFRS 16	(71.460)	(62.154)
Lucro Real Tributável	81.951	45.578

Descrição	2020	2019
Despesa Tributária conforme DRE	-	-
Imposto de Renda da PJ	(20.535)	(11.165)
Imposto de Renda da PJ-Diferido Ativo	1.846	-
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(7.401)	(4.028)
Contribuição Social s/Lucro Líquido-Diferido Ativo	664	-
Total	(25.426)	(15.193)

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: A principal receita da Companhia é a com a venda de mercadorias, conforme demonstrado a seguir líquidas de devoluções, descontos concedidos e impostos incidentes:

Descrição	2020	2019
Revenda de Mercadorias	3.092.052	2.564.521
Prestação de Serviço	4.022	4.477
Devoluções de vendas	(3.717)	(4.388)
ICMS sobre Vendas	(58.808)	(44.381)
PIS Faturamento	(19.592)	(15.508)
COFINS Faturamento	(91.490)	(71.888)
Total	2.922.467	2.432.833

29. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Descrição	2020	2019
Custo da Mercadoria Vendida	(2.347.982)	(1.942.894)
Total	(2.347.982)	(1.942.894)

30. DESPESAS OPERACIONAIS: A administração das despesas administrativas e gerais da Companhia é efetuada por meio dos seguintes segmentos:

Descrição	2020	2019
Despesas administrativas	(21.080)	(23.250)
Despesas trabalhistas	(260.822)	(244.795)
Despesas tributárias	(5.247)	(8.942)
Despesas comerciais e operacionais	(139.868)	(134.938)
Despesas não dedutíveis	(75.220)	(71.534)
Outras receitas operacionais	982	34.724
Total	(501.255)	(448.735)

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes saldos relacionados às despesas operacionais:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Representação das Demon

(...) CONTINUAÇÃO (...) SUPERMERCADO BAHAMAS S/A - CNPJ nº 17.745.613/0001-50

demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do,

da administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Belo Horizonte, 31 de março de 2021.



Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1
Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Leonardo Fonseca Freitas Maia
Contador - CRC MG 079.276/O

272 cm - 13 1468093 - I

Balanco Patrimonial - Períodos findos em 31 de dezembro - Em reais (R\$ 1)		HOSPITAL VARGINHA S/A - CNPJ: 06.878.764/0001-60	
	2.020	2.019	
ATIVO - Circulante	2.020	2.019	
Caixa e Bancos	10.240	537.095	
Aplicações	1.216.494	1.489.264	
Duplicatas a Receber	48.979	48.359	
Estoque Mercadorias P/Revenda	342.721	235.954	
Adiantamentos e Outros Créditos	152.480	175.401	
Total do Ativo Circulante	1.770.914	2.486.073	
Não Circulante			
Imobilizado Líquido	6.713.607	6.858.239	
Total do Ativo Não Circulante	6.713.607	6.858.239	
Total Ativo	8.484.521	9.344.312	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro 2020 e 2019 (centavos omitidos)

1. Contexto Operacional - O HOSPITAL VARGINHA S.A., sediado em Varginha - Minas Gerais é uma instituição particular destinada a prestação de serviço médico-hospitalar, alinhada ao negócio saúde. Vem atuando no mercado de saúde desde 2009 e tem se caracterizado como um dos mais conceituados hospitais da região. Os principais produtos e serviços do HOSPITAL VARGINHA são os serviços médico-hospitalares realizados por meio da assistência, destacando-se entre outros, os seguintes: O pronto atendimento 24 horas, internação clínica e cirúrgica, exames auxiliares de diagnósticos (clínicos radiológicos, tomográficos, ecográficos, análises clínicas, entre outros), procedimentos cirúrgicos e obstétricos. Atende tanto pacientes particulares como os principais convênios, tais como: SERPRAM, AMAGIS, CASSI, CORREIOS, COPASA, FUNDAFENG, CEMIG SAÚDE, SAÚDE CAIXA, SPA e também pelo sistema ABRAMGE. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras - 2.1 Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e emitidas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TGS) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em consonância com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico. **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Hospital Varginha. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Principais Práticas Contábeis** - As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são como seguem: **(a) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes a caixa, bancos, conta corrente entre empresas do grupo e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Sociedade no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(b) Duplicatas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com a prestação de serviços médicos a prazo. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração. **(c) Demais ativos circulantes** - São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, bem como a constituição de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente). **(d) Imobilizado** - Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou

exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **(e) Passivos Circulante e não Circulante** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações com vencimentos superiores a 360 dias estão registradas como não circulante. Quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas ao valor presente, conforme NBC TG 12. **(f) Imposto de renda e contribuição social** - A Sociedade calcula o imposto de renda e contribuição social com base na legislação vigente considerando adições e exclusões legais previstas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescido do adicional de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% do lucro antes do imposto de renda, ajustada na forma da legislação vigente. Os serviços prestados são apresentados nas demonstrações de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida dos serviços). **(g) Provisões** - A provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Sociedade. As provisões são atualizadas periodicamente. **(h) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios, independentemente do seu recebimento ou pagamento. **(i) Demonstrações dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com a NBC TG 03 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa). **4. Disponibilidade** - A composição dos saldos era a seguinte:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em reais (R\$1)		Reservas		Resultados Acumulados		Total
	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.196.870		3.941.166	98.579	54.101	8.141.537
Integralização de Capital		28.477	37.254			65.731
Resultado do Exercício				19.458		19.458
Constituição de Reserva						(19.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.196.870	(693)	3.978.420	118.037	(6.750.303)	8.596.432
Resultado do Exercício						(951.687)
Saldos em 31/12/2020	11.196.870	(693)	3.978.420	118.037	(7.701.990)	7.644.745

testes de recuperabilidade dos títulos ainda não recebidos ao final do exercício, com o intuito de verificar a existência de títulos passíveis de constituição de provisão para fazer face a eventuais perdas com esses créditos. Durante análise, não foram identificados títulos de recebimento duvidoso, não sendo necessário o reconhecimento nas contas de resultado. **6. Estoques** - É representado por medicamento e materiais hospitalares, produtos de limpeza e gêneros alimentícios, avaliados ao custo médio de aquisição, a serem utilizados basicamente na prestação de serviços, reconhecidos nas contas de resultado, a medida de sua realização. O saldo em 31 de dezembro era de R\$ 342.721 (2019 - R\$ 235.954). **7. Imobilizado** - São apresentadas ao custo de aquisição. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base na aplicação das taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, seu ambiente empregado e a sua forma de utilização e manutenção. A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração dos resultados.

A movimentação no período foi a seguinte:		2020		2019	
	Valor do Custo	Adições	Baixas	Valor do Custo	Residual
Terenos	216.000	-	-	216.000	216.000
Edificações	7.942.834	(1.693.618)	6.249.216	6.408.073	6.408.073
Móveis e Utensílios	37.033	(23.009)	14.024	16.174	16.174
Máquinas e Equipamentos	983.556	(828.039)	155.516	154.498	154.498
Equipamentos de Informática	123.614	(94.476)	29.138	13.782	13.782
Recursos Naturais	49.711	-	49.711	49.711	49.711
Totais	9.297.664	55.084	6.713.606	6.858.239	6.858.239

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Hospital Varginha S/A, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Hospital Varginha S/A., ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Hospital Varginha

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em reais (R\$1)		2020		2019	
	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(951.867)	(55.084)	(38.553)	(951.867)	(38.553)
Ajustes por: Depreciações e Amortizações	199.716			199.716	
Reserva de Capital	-			-	
(Aumento) redução nos ativos:					
Variação em Clientes	(621)			(621)	
Variação dos Estoques	(106.767)			(106.767)	
Variação de Outros Ativos Circulantes	22.922			22.922	
Aumento (Redução) nos passivos:					
Variação em Fornecedores	27.603			27.603	
Variação em Pessoal e Encargos	72.628			72.628	
Variação de Tributos	(9.854)			(9.854)	
Variação de Outros Passivos Circulantes	1.520			1.520	
Recursos Líquidos provenientes das operações	(744.541)	1.081.592	1.081.592	(744.541)	1.081.592
Fluxo de Caixa das atividades de Investimentos	(55.084)	(38.553)	(38.553)	(55.084)	(38.553)
Recursos Líquidos provenientes das atividades de Investimentos	(55,084)	(38,553)	(38,553)	(55,084)	(38,553)
Fluxo de Caixa das atividades de Financiamentos	-	-	-	-	-
Exigíveis de Longo Prazo	-	-	-	-	-
Recursos Líquidos provenientes das atividades de Financiamentos	-	-	-	-	-
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(799,625)	1.043,039	1.043,039	(799,625)	1.043,039
Variação do caixa e equivalente de caixa:					
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.226.734			2.026.359	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.026.359			983.320	
(Redução) aumento do caixa e equivalente de caixa	(799,625)	1.043,039	1.043,039	(799,625)	1.043,039

ção entende que os bens não sofreram desvalorização significativa, que justificasse os ajustes propostos na Resolução CFC 1110/07, que trata do Valor Recuperável de Ativos. **8. Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social** - O Hospital Varginha apura seus impostos com base no Lucro Real. A provisão para Imposto de Renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento), acrescida do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil, no ano, conforme prevê a legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi calculada à alíquota de 9% (nove por cento), sobre a base do imposto de renda. Os valores das provisões foram registrados em conta de passivo circulante, deduzidas as antecipações efetuadas durante o exercício, com base no balancete de suspensão / redução. Nesse exercício, em virtude dos prejuízos apurados, não houve reconhecimento de provisão na DRE. (2019 - R\$ 87.427). **10. Patrimônio Líquido** - Representado pelo capital social integralizado, acrescido dos lucros e diminuídos os prejuízos apurados desde a sua criação. O Capital Social é de R\$ 11.196.870 (onze milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e setenta reais). O valor nominal de cada ação é de R\$ 1,00 cada. As variações e modificações ocorridas nas rubricas pertencentes a esse grupo encontram-se devidamente evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. **11. Impacto da pandemia do Coronavírus** - Durante o ano de 2020, especificamente a partir do mês de março, a economia mundial, inclusive o Brasil, sofreu de forma atípica incertezas quanto a recuperação da geração de riquezas como um todo, em função do surto de COVID-19, iniciado no referido mês. O Hospital Varginha seguiu os decretos municipais e estaduais, dentre eles a Nota da ANVISA 06/2020 de 29/04/2020, que recomendava a suspensão de procedimentos eletivos. O decreto nº 2/SES/COES suspendeu os procedimentos eletivos a partir de 22/6/2020 em função da pouca disponibilidade de anestésicos e medicamentos de UTI em todo o Estado, também afetado pelo Hospital. Diante das restrições impostas, o pronto atendimento teve uma queda no número de atendimentos de aproximadamente 38% ante a 2019, afetando o faturamento do Hospital. O aumento significativo nos custos de mão de obra, SADI, nos preços dos materiais e medicamentos também afetou o resultado apurado. **12. Eventos Subsequentes** - A Administração, não tem conhecimento de eventos ocorridos entre a data de encerramento do exercício social e da elaboração dessas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Varginha - MG, 31 de dezembro de 2020
Dr. José Carlos Miranda - Diretor Presidente
Jorge Isalino da Silva - TC - CRCMG 013.982

procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos do Hospital Varginha S/A. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Hospital Varginha S/A. a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de março de 2021.
R&R Auditoria e Consultoria
CRC/MG nº 5.198-02 CVM 8460.
Régis Monteiro Ferreira - CONTADOR - CRCMG nº 67.409

92 cm - 13 1468106 - I

RÓS MINERAÇÃO LTDA.
CNPJ 04.273.776/000136
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO PELO EMPREENDEDOR

Termo de Compromisso de Compensação Florestal Minerária nº 001/2021 entre Instituto Estadual de Florestas - IEF e a Cros Mineração Ltda., estabelece medida compensatória de natureza florestal minerária prevista no art. 75 da Lei Estadual, em decorrência da intervenção de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, de acordo com a cláusula segunda do referido termo. Compensação: Transferir ao Instituto Estadual de Florestas, área localizada na Fazenda Lagoa da Serra, de 01,00 hectares, imóvel situado no interior da unidade de conservação de proteção integral Parque Estadual da Lapa Grande, corresponde ao dobro que será suprimida. Data de assinatura: 06/04/2021.

Margarete Sueli Caires Azevedo - Supervisora Regional da UFRBio/Norte - Instituto Estadual de Florestal - IEF

Marco Antônio Campos Fagundes - Sócio/ Administrador - Cros Mineração Ltda.

MATE COURO S/A.
CNPJ DO MIN. FAZ. nº 17.177.296/0001-13
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 11:00 Horas do dia 27/04/2021, na sua sede social à Rua Nínive, 640, bairro São Salvador, nesta Cidade e Estado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: AGO: 1- Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Geral do Ativo e Passivo, bem como das Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; 2- Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e distribuição de dividendos; 3- Fixação da Remuneração Global anual da diretoria; 4- Eleição dos Membros do Conselho Fiscal, bem como fixação de sua remuneração; AGE- 1- Aumento do Capital Social de R\$14.000.000,00 para R\$19.000.000,00, mediante aproveitamento de R\$4.771.357,19 da conta de Lucros a Realizar e R\$228.642,81 da Reserva Legal, sem aumento do número de ações, com a consequente alteração do art. 4º do Estatuto Social; - Consolidação do Estatuto Social; 2- Outros assuntos de interesse da sociedade. Belo Horizonte, 12 de abril de 2021. a) Arthur Eduardo Savassi Biagiomi - Diretor Presidente; b) Rodrigo Savassi Biagiomi - Diretor Superintendente.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS UNIDIME MG CONVOCAÇÃO PARA O 2º FÓRUM ESTADUAL

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seção Minas Gerais - UNIDIME-MG, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Belo Horizonte/MG, à rua Alagoas, 730, sala 18, Funcionários, CEP: 30.130-160, inscrita no CNPJ sob o nº 23.840.622/0001-23, representada nesse ato pela sua Diretoria Executiva, em conformidade com o disposto no §1º do Art. 20 de seu estatuto, e suas atribuições previstas no §3º do mesmo artigo, convoca os Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais, na condição de membros natos dessa instituição, com direito a voto e de ser votado, Dirigentes Efetivos de Municípios adimplentes em 2021, conforme disposto no Art. 5º, inciso I, para o 2º Fórum Estadual, órgão máximo de deliberação, a ser realizado de forma on-line, considerando as medidas restritivas adotadas pelas autoridades sanitárias para combater a Pandemia do COVID-19. A transmissão será realizada pelo YouTube com link fechado, nos dias 26 e 27 de maio de 2021, onde será instituída a Assembleia Geral, para fins de deliberar sobre questões relacionadas no Art. 22, com ênfase ao inciso VIII, que trata da eleição de sua nova Diretoria Executiva, Conselho Nacional de Representantes, Conselho Fiscal e Delegados, através da plataforma ElejaOnline.

SOMAI NORDESTE S/A
CNPJ: 22.673.347/0001-38
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária Digital, a ser realizada virtualmente, nos termos do artigo 132 da Lei 6.404/76, conforme determinações da IN DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, no dia 30/04/2021, às 09:30 horas, através da plataforma digital Zoom (www.zoom.us) no endereço de acesso a sala de reunião virtual, que será disponibilizado com antecedência aos senhores através de seus e-mails pessoais, onde poderão votar verbalmente, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; b) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como discussão sobre pagamento de Juros Sobre Capital Próprio referente ao exercício de 2021; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração para o biênio 2021-2023; d) Temas de interesse geral, modernização de estruturas produtivas e aspectos regulatórios. Montes Claros, 13 de abril de 2021. João Marcelo Horta Mendes - Diretor Presidente.

5 cm - 12 1467912 - I

5 cm - 12 1467492 - I

5 cm - 13 1468003 - I

5 cm - 12 1467607 - I

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em R\$ mil)

ATIVO	Notas explicativas		1 de janeiro de 2019		Notas explicativas		1 de janeiro de 2020	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	5	96.923	172.148	53.040				
Cartões a receber diversos	6	131.551	111.256	103.931				
Contas a receber diversos	7	21.642	65.244	48.955				
Impostos a recuperar	8	2.011	3.446	339				
Adiantamentos diversos	9	4.952	2.169	6.813				
Estoques	10	304.592	213.429	205.361				
		561.671	567.692	418.459				
NÃO CIRCULANTE								
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO								
Ativos fiscais diferidos e dep judiciais	11	16.029	11.550	10.692				
Títulos de capitalização	12	150	150	256				
		16.179	11.700	10.948				
Ativo de direito de uso	13	441.904	410.374					
Investimentos	14	23.000	3.918	3.918				
Imobilizado líquido	15	271.085	244.667	205.023				
		735.989	658.959	608.941				
TOTAL DO ATIVO		1.313.839	1.238.351	1.029.407				

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em R\$ mil)

PASSIVO	Notas explicativas		1 de janeiro de 2019		Notas explicativas		1 de janeiro de 2020	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	16	46.000	88.148	52.566				
Fornecedores	17	283.999	229.261	226.260				
Impostos e contribuições a receber	18	128	994	8.262				
Obrigações sociais e contribuições previdenciárias	19	11.608	20.581	13.586				
Provisão de férias e encargos	20	17.897	16.863	15.289				
Passivos de arrendamento	21	59.791	42.822	-				
Operações de debêntures	23	31.579	34.780	-				
Outras contas a pagar	22	2.085	2.343	447				
		483.992	444.639	315.410				
NÃO-CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	16	38.885	52.572	112.375				
Passivos de arrendamento	21	380.973	373.866	-				
Operações de debêntures	23	168.421	165.220	-				
Provisão para riscos judiciais	24	24.856	24.813	23.834				
Passivo fiscal diferido e parcelamentos	25	2.096	-	-				
		625.031	616.471	336.209				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	26	100.000	100.000	59.274				
Reserva legal	27	7.601	7.601	6.575				
Reserva de lucros	28	117.215	69.640	120.412				
		224.816	177.241	186.279				
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.313.839	1.238.351	1.029.407				

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em R\$ mil)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Notas explicativas		2020		2019	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	28	2.922.467	2.432.833			
Custo das mercadorias vendidas	29	(2.347.982)	(1.942.894)			
		574.485	489.939			
LUCRO BRUTO						
Despesas operacionais	30	(21.080)	(23.250)			
Despesas administrativas	30	(260.822)	(244.795)			
Despesas trabalhistas	30	(5.247)	(6.942)			
Despesas tributárias	30	(139.868)	(134.938)			
Despesas comerciais e operacionais	30	(75.220)	(71.534)			
Despesas não dedutíveis	30	962	34.724			
Outras receitas operacionais	30	(501.255)	(448.355)			
		13.234	12.989			
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO						
Resultado operacional líquido	31	2.347.982	1.942.894			
Despesas operacionais	31	(2.347.982)	(1.942.894)			
		574.485	489.939			
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS TRIBUTAÇÕES						
IRPJ Diferido	27	1.846	-			
CSLL Diferido	27	664	-			
IRPJ Corrente	27	(20.535)	(11.165)			
CSLL Corrente	27	(7.401)	(4.028)			
		(25.426)	(15.193)			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		62.189	33.162			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em R\$ mil)

RESULTADO DO EXERCÍCIO	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Resultado líquido abrangente	62.189	33.162		
RESULTADO ABRANGENTE	62.189	33.162		
DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÔES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em R\$ mil)				
Capital Reserva Reserva Lucros	Social	Legal	Reserva	Lucros
Saldo em 1º de janeiro de 2019	59.742	6.575	137.632	203.949
Resultado líquido do exercício	62.189	33.162	33.162	33.162
Transferência de reservas para provisões	-	-	(17.220)	(17.220)
Transferência de provisões para reservas	-	-	17.220	17.220
Saldo em 31 de dezembro de 2019	121.931	6.575	120.412	186.729
Resultado líquido do exercício	62.189	33.162	33.162	33.162
Transferência de reservas para provisões	-	-	(17.220)	(17.220)
Transferência de provisões para reservas	-	-	17.220	17.220
Saldo em 31 de dezembro de 2020	184.120	6.575	137.632	203.949

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Supermercado Bahamas S/A ("Companhia") é uma Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Aluz de Fora - MG, subdivisão em 63 operações, tendo como principais atividades: comércio varejista e atacado em geral, com predominância no setor alimentício. COVID-19 - Efeito do coronavírus nas Demonstrações Financeiras: Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2020, no qual destaca a importância das Entidades considerarem cuidadosamente todos os impactos do COVID-19 em suas atividades, e reportarem nas Demonstrações Financeiras os diversos riscos e incertezas advindos desta análise em observância às normas contábeis vigentes. O surto do coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, e desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado e público, que somadas ao impacto econômico desse surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Na data de emissão dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia não vislumbra riscos ou passivos incertezas que possam nesse momento afetar a continuidade de seus negócios, as estimativas e julgamentos contábeis. Entretanto, a Administração entende que não é possível até o presente momento, mensurar ou antecipar possíveis efeitos econômico-financeiros futuros decorrentes da continuidade da pandemia do COVID-19 sobre o Supermercado Bahamas S/A, que porventura poderia afetar a continuidade da atividade da Companhia. 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA: A Companhia aprimorou constantemente suas práticas de governança corporativa. A Administração entende que o bom relacionamento com seus clientes e fornecedores contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas também seu desempenho operacional. Em linha com as boas práticas de governança corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas ao mercado, privilegiando a transparência e tornando mais robusto e efetivo o relacionamento com partes relacionadas dentro da sua área de atuação. 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. A Administração considera que a Companhia possui recursos para manter seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas. A Administração da Companhia, também, na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCP 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do negócio. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2021. a) Representação das demonstrações financeiras comparativas: Os usuários das demonstrações financeiras devem ter a possibilidade de comparar as demonstrações financeiras da Companhia ao longo do tempo para identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa. Em 18 de janeiro de 2021, a Companhia realizou auditoria independente das demonstrações financeiras relacionadas a tributos sobre a receita não recolhidos incidentes sobre bonificações e outras receitas relacionadas aos exercícios de 2016 a 2017. Em 9 de fevereiro de 2021, a Companhia acatou parte destes atos, através da assunção de um parcelamento. Os efeitos apurados, principalmente relacionados ao registro de passivos adiantados, bem como seus efeitos tributários diferidos, foram estimados e apresentados retrospectivamente, de acordo com os requerimentos da Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (RSC 23). Por se tratar de efeitos de exercícios anteriores à 1ª de janeiro de 2019, os efeitos da apresentação foram integrados reconhecidos em seu fluxo de caixa, sem impacto no resultado e nos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os quadros comparativos encontram-se abaixo discriminados: Em 1º de janeiro de 2019:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)

Empréstimos e Financiamentos: Estão atualizados pelas variações monetárias e juros incidentes até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. b) Arrendamentos mercantis: A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controle de uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais partes: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivo de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor adicional. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a ressalva de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a ressalva de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos ao despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2020	2019
Caixa	3.721	27.335
Bancos	16.856	138.337
Aplicações Financeiras	76.346	6.476
Total	96.923	172.148

6. CARTÕES A RECEBER DIVERSOS

Descrição	2020	2019
Cartão Elo Crédito	5.528	4.913
Cielo S.A - Elo Debito	1.500	8.875
Cielo S.A - Maestro Debito	1.863	1.244
Ticket Alimentação Eletrônico	4.657	3.608
Cielo S.A	88.602	70.057
Vale Mais Emporio Card S.A	1	2
CA Brasileira de Soluções-Álto	7.303	6.299
BTR Administradora de Cartões Ltda.	7.316	11.364
Good Value	25	26
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A	713	4.545
Valecard-Trivale Administradora Ltda.	2.003	1.633
Cabal Brasil	1.640	2.514
Polcard	4.753	1.622
Bigcard Administradora de Convênios e Serviços	4.121	6.221
Hipercard	103	85
Smartline VR Alimentação	1.039	602
Verocard	603	47
BTR Administradora de Cartões Ltda.-Alimentação	-	91
Lecard	199	199
Green Card	276	242
Vegas Card	84	55
Bem Card	265	275
Total	131.551	111.256

7. CONTAS A RECEBER DIVERSOS

Descrição	2020	2019
CIRCULANTE		
Fornecedores-Valores a reembolsar	5	10
Cheques a recuperar	21	21
Móveis a receber	-	47.000
Fornecedores-Devoluções a receber	6.529	5.445
Outras contas a receber	100	65
Contas a Receber-Verbas comerciais	14.855	12.703
Caução-Valor depositado	132	-
Total	21.642	65.244

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	2020	2019
Parcelamentos Federais	114	114
loms a Recuperar	211	169
PIS a Recuperar	39	423
COFINS a Recuperar	181	1.934
IRPJ a Recuperar	1.462	2.424
INSS a Recuperar	-	43
loms Cred Transf a Recuperar	4	522
Total	2.011	3.446

9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Descrição	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	-	201
Adiantamento de férias	1.376	30
Adiantamento Ror Pcr	736	731
Adiantamentos Financeiros de Ctas a Pq.	2.840	1.234
Total	4.952	2.169

10. ESTOQUES

Descrição	2020	2019
Mercadorias para revenda	304.592	213.373
Mercadorias a classificar	133	56
Total	304.967	213.429

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: Os saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências com grau de risco de perda possível e remoto estão a seguir demonstrados:

Descrição	2020	2019
IRPJ-Ativo Fiscal Diferido	7.243	4.233
CSLL-Ativo Fiscal diferido	2.608	1.524
FAPISAT	4.458	4.458
Depósito em Consignação	133	133
Outros	1.587	1.202
Total	16.029	11.550

12. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO E OUTROS

Descrição	2020	2019
Títulos de capitalização	150	150
Consignações	-	150
Total	150	150

13. ATIVO DE DIREITO DE USO: Os principais impactos da adoção inicial da NBC TG 06 (R2) nas demonstrações financeiras para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019 são apresentados a seguir:

	2020	2019
Taxa de depreciação a.a. (%)	20	20
Depreciação acumulada	150	150
Depreciação líquida	150	150

14. INVESTIMENTOS

Descrição	2020	2019
Investimento-BPS AIR Gestão de Negócios	-	-
Provisão perda de investimentos	-	(30)
Subtotal	-	(30)
AFAC-BPS AIR Gestão de Negócios	-	3.918
AFAC-Outras Empresas-D Lopes e JCMC Empreend Imob (I)	23.000	-
Total	23.000	3.918

(i) Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital se referem a investimento da Companhia em partes relacionadas que não, de acordo com o planejamento estratégico da Companhia, atuar nos negócios de logística e construção civil. 15. IMOBILIZADO: O ativo imobilizado da Companhia é empregado exclusivamente nas operações relacionadas ao comércio atacado e varejista dos produtos adquiridos, serviços de logística de distribuição de mercadorias e demais atividades descritas no contexto operacional.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	2020	2019
Caixa	3.72	

CONTINUAÇÃO (...) SUPERMERCADO BAHAMAS S/A - CNPJ nº 17.745.613/0001-50	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
<p>Aos Acionistas e Administradores do Supermercado Bahamas S/A, Juiz de Fora - MG. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Supermercado Bahamas S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Supermercado Bahamas S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Supermercado Bahamas S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Reapresentação das Demonstrações Financeiras: Conforme mencionado na nota explicativa 3 a) em 18 de janeiro de 2021, a Companhia recebeu autos de infração das autoridades fiscais relacionados a tributos sobre a receita não recolhidos incidentes sobre bonificações e outras receitas relacionadas aos exercícios de 2016 e 2017. Em 9 de fevereiro de 2021, a Companhia acatou</p>	<p>parte destes autos, através da assunção de um parcelamento. Os efeitos apurados, principalmente relacionados ao registro de passivos adicionais, bem como seus efeitos tributários difendidos, foram estimados e apresentados retrospectivamente. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os devidos efeitos citados, em conformidade com a NBC TIG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Rerificação de Erro e a NBC TIG 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um</p>
	<p>alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p> <p>Belo Horizonte, 31 de março de 2021.</p> <p>Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes CRC MG - 005.455/O-1 Gilberto Galinkin Contador CRC MG - 005.718/O-8 Leonardo Fonseca Freitas Maia Contador - CRC MG 079.276/O</p>

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ON-LINE COND ED WINSTON JONES PAIVA

Pelo presente Edital de Convocação, e na melhor forma de direito, o Síndico do Condomínio Edifício Winston Jones Paiva, sito a Rua Padre da Nobrega, nº 30 – Palmeiras - Juiz de Fora/MG convoca todos os condôminos do referido Condomínio, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária On-Line, que, considerando os decretos governamentais de combate à COVID-19 que determinam a não aglomeração de pessoas, e a previsão contida no Decretos: nº 14.269 PMJF de 15/01/2021 publicado em 16/01/2021 do distanciamento obrigatório e o de nº 14.390 de 07/03/2021 - LOCKDOWN, a AGO se realizará de forma VIRTUAL pelo aplicativo VIDEOCONFERÊNCIA (ZOOM) conforme abaixo: LINK DE ACESSO: <https://us02web.zoom.us/j/89813325940> ID DE ACESSO: 898 1332 5940 DATA: 28/04/2021-HORÁRIO: 18h30 até o cumprimento da pauta – PAUTA: 1) Prestação de contas período 08/2020 a 03/2021; 2) Eleição de síndico, subsíndico e membros Conselho para o mandato de 25/04/2021 a 25/04/2023; 3) Previsão Orçamentária – Mensal; 4) Apresentação e aprovação de orçamento para pintura do Edifício-Utilização fundo reserva/Taxa Extra; 5) Assuntos Gerais. Tendo em vista a relevância dos assuntos a serem tratados, lembramos a V.Sªs, a necessidade absoluta da participação, ou que se façam representar por procuração. Esclarecemos ainda que as decisões tomadas em Assembleia impor-se-ão a todos, inclusive aos ausentes. Estando impossibilitado de votar ou serem votados os condôminos que estiverem inadimplentes até a data da Assembleia. **Atenciosamente; Fabio Gouveia Silva - Síndico**

SICOOB

COOPERATIVA CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA ZONA DA MATA – SICOOB COOPEMATÁ
CNPJ nº 02.335.109/0001-05 / NIRE nº 3140003538-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Zona da Mata LTDA – Sicoob Coopematá, por meio do Presidente do Conselho de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca seus Associados, que nesta data são 14.350 (quatorze mil, trezentos e cinquenta), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 27 de abril de 2021, às 17:00 (dezesseite horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às 18:00 (dezoito horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos associados mais um; ou às 19:00 (dezenove horas), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Reforma integral do Estatuto Social, do Artigo 1 ao 94;
- Atualização do Regimento Eleitoral;
- Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa;
- Outros assuntos de interesses gerais, sem caráter deliberativo.

A Assembleia Geral ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo SicoobMoob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site eletrônico <http://www.sicoobcoopematata.com.br>.

Cataguases, 14 de abril de 2021.
César Augusto Mattos
Presidente do Conselho de Administração

Edital de citação - prazo de 20 dias. O Dr Sergio Murilo Pacelli, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível desta Comarca, na forma da lei e em pleno exercício de seu cargo, etc. Faz saber a todos os que o presente edital de Citação com o prazo de 20 (vinte) dias livres, virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Secretaria Privativa se processam em seus regulares termos os autos de nº 5011587-88.2016.8.13.0145 Execução de Título Extrajudicial, intentada por Banco Bradesco S/A em face de Cleverson S. Milagres Desentupidora e Dedetizadora ME. E estando o executado, Cleverson S. Milagres Desentupidora e Dedetizadora ME, CNPJ 16.367.331/0001-02, em local incerto e não sabido, por este edital, com o prazo de 20 (vinte) dias livres, contados da data de sua publicação no Diário do Judiciário Eletrônico, fica a mesma citada para, para efetuarem o pagamento da quantia de R\$ 89.918,51 (oitenta e nove mil, novecentos e dezotoito reais e cinquenta e cinco centavos), referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogação do autor e custas iniciais no prazo de três dias. Não o fazendo poderá ser penhorado tantos bens quantos bastem para garantia da dívida, lavrando-se o respectivo auto. Caso não seja encontrado bens a penhora, ocorrerá o arresto de bens suficientes. O Executado poderá também apresentar embargos no prazo de 15 dias. E, para constar foi expedido o presente edital, que depois de afixado no Fórum local de costume, será publicado na forma da lei vigente. Juiz de Fora, 15 de março de 2020. Mirtes Maria de Medeiros Gomes - Escriva - Sergio Murilo Pacelli - Juiz de Direito. K-14a15/04

TUPI FOOT-BALL CLUB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Jarbas Raphael da Cruz, presidente do conselho deliberativo do TUPI FOOT BALL CLUB, no uso de suas atribuições e com base no art.36 inciso II parágrafo 1º e art. 37, inciso III das disposições estatutária do clube CONVOCA os conselheiros natos, Efetivos e Suplentes em dia com suas obrigações estatutárias para reunião a se realizar 20 de abril de 2021, de forma remota ou presencial no auditório de reunião do TUPI FOOT BALL CLUB, na Rua Jose Calil Ahougi, 332 Centro, às 18h30 em primeira convocação e às 18h45 em segunda e última convocação para a seguinte pauta:

- Prestação de contas referente ao período de 17 de dezembro/2019 a 31 de dezembro/2020
- Assuntos Gerais

Juiz de Fora, MG, 13 de Abril de 2021.
Jarbas Raphael da Cruz

TECCON
ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO

Juiz de Fora, 13 de março de 2021

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - ON LINE

Ilmo. Srs. Proprietários,
Associação dos Proprietários e Moradores do Lot. Residencial Alvim

Pelo presente Edital de Convocação, e na melhor forma de direito, o Diretor Presidente da Associação dos Proprietários e Moradores do Lot. Residencial Alvim, sito à Rua Otávio Malvaccini, Nº 235-Vina Del Mar Juiz de Fora/MG, convoca todos os associados da referida associação, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que, considerando o decreto de combate à COVID-19 assinado em 07/03/2021 que determina o LOCKDOWN em Juiz de Fora a partir do dia 08/03/2021 a 14/03/2021, a AGE se realizará de forma ON LINE através do aplicativo ZOOM:

Dia: 27/04/2021 - Horário: 18h30min até o término da pauta
Link de acesso plataforma Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/8980153415>
Id da reunião: 095 0153 3415

PAUTA

- Deliberação sobre reconstrução do sistema elétrico de alimentação do monitoramento por câmeras ao longo do Residencial;
 - Criar padrões (CEMIG);
 - Fazer valeta para passar tubulação;
 - Tubulações elétricas;
 - Tubulações para cabeamento de câmeras;
 - Passar alimentação elétrica para as câmeras

Custo: Serviço da empresa: Fielétricas- R\$6.200,00- Orçamento em anexo
Material: de R\$ 14.500,00 a R\$15.550,00 – Orçamentos em anexo de quatro empresas
Tempo de serviço: de 7 a 14 dias
 Fonte do financiamento: Fundo de Reserva
Anexo: Planta de localização dos SHAFTS (1) do Sistema de Câmeras ao longo do Residencial - Obs: Os lotes apenas com referência da localização
(1) Shaft é um recurso no processo construtivo que visa o acesso aos sistemas elétricos, hidráulicos e outros.

Tendo em vista a relevância dos assuntos a serem tratados, lembramos a V.Sªs, a necessidade de sua participação. Esclarecemos ainda que, as decisões tomadas nesta Assembleia, impor-se-ão a todos, inclusive aos ausentes. Os inadimplentes ficam impedidos de votar e serem votados conforme determinado em Estatuto. Os ausentes poderão ser representados por procuração encaminhada para a administradora até o dia 23/04/2021.

Atenciosamente:
Sergio Murilo Pacelli
Sergio Murilo Pacelli
Juiz de Direito

QUINTAS DO SOL RESIDENCIAL PARK

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE INSTALAÇÃO DO CONDOMÍNIO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na qualidade de construtores do Condomínio Quintas do Sol Residencial Park, situado na Rua Paracatu, nº 1.222, Bairro Bandeirantes, Juiz de Fora/MG, ficam os senhores CONDOMÍNIOS convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária de Instalação do Condomínio, a ser realizada exclusivamente de forma virtual (em função da pandemia por Covid-19 que assola nosso país), através do aplicativo SUPERLÓGICA (ÁREA DO CONDOMÍNIO), onde os proprietários deverão ter seus e-mails cadastrados no sistema da administradora para acesso, deliberações sobre a ordem do dia e votação do síndico, subsíndicos e conselho fiscal.

O suporte para a realização da assembleia será da empresa UNIVERSAL ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS LTDA, empresa especializada contratada pela FONTES E SENRA CONSTRUTORA, especificamente para a realização desta assembleia.

Os condôminos deverão acessar o aplicativo SUPERLÓGICA (ÁREA DO CONDOMÍNIO), cuja forma de acesso está elencada abaixo, onde poderão deliberar sobre a ordem do dia e eleger o síndico e demais membros da administração do condomínio.

Os detalhes de instalação do aplicativo e seu acesso para deliberações e votação, serão fornecidos pela UNIVERSAL a todos os condôminos. A reunião fica aberta no aplicativo, por mais de 24 horas, para acesso, deliberações e votação dentro deste período. A votação é registrada por unidade habitacional, a apuração é feita e apresentado o resultado a todos os condôminos. A ata é assinada virtualmente e registrada em cartório, conforme exigência legal.

A Assembleia Geral Ordinária de Instalação do Condomínio será aberta no dia 03/05/2021, segunda-feira, às 19h, e encerrada no dia 04/05/2021, terça-feira, às 23h59.

Pauta exclusiva para deliberação:

- Implantação do Condomínio QUINTAS DO SOL RESIDENCIAL PARK;
- Eleição de 01 (um) Síndico, 03 (três) subsíndicos (um por bloco) e Conselho Fiscal (03 titulares e 03 suplentes).
- Previsão orçamentária e valor do condomínio para o exercício 2021.

Os condôminos que queiram se candidatar deverão encaminhar seus dados e cargo administrativo a que se candidata para o e-mail da UNIVERSAL IMÓVEIS anapaula@universalmoveis.com.br, ATÉ O DIA 30/04/2021, impreterivelmente. As decisões tomadas em Assembleia caberão a todos. Aqueles que não puderem participar, poderão se fazer representar por procuração, que deve ser enviada pelo e-mail do outorgante, cadastrado na UNIVERSAL IMÓVEIS, para o e-mail anapaula@universalmoveis.com.br. Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com a Administradora Universal Imóveis através do telefone (32) 2101-0488, ou através do Whatsapp (32) 98823-6412, falar com Ana Paula.

Atenciosamente.
Juiz de Fora/MG, 12 de abril de 2021.
FONTES E SENRA CONSTRUTORA LTDA.

Para baixar o aplicativo:
1. Na Play Store de seu telefone baixe o aplicativo chamado: ÁREA DO CONDOMÍNIO (Superlógica);
2. Faça um cadastro pessoal com e-mail e senha;
3. Automaticamente aparecerá o nome do seu condomínio, que já estará cadastrado conosco;
4. Confirme e continue.
5. Para efetuar seu voto acesse a área de Assembleia.

OB: É IMPRESCINDÍVEL QUE SEU E-MAIL ESTEJA CADASTRADO NA UNIVERSAL ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS LTDA. É SÓ ENTRAR EM CONTATO ATRAVÉS DO E-MAIL: anapaula@universalmoveis.com.br.



REDE TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA

Mais nova para você!

Confira domingo, no Jornal, Portal e Facebook da Tribuna de Minas, a coluna Saúde em Dia, com a Santa Casa e Plasc. Muita informação, novidades da medicina, dicas sobre hábitos saudáveis, prevenção e muito mais. Santa Casa de Misericórdia e Plasc, trabalhando incansavelmente pela sua saúde.

TRIBUNA DE MINAS | **TRIBUNA ON LINE** | **TRIBUNA DE MINAS** | **DOMINGO**

TM TV APRESENTA

ENCONTRO COM CR

Guilherme Duarte
vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial

Programa semanal de entrevista em um bate-papo descontraído com quem é notícia em Juiz de Fora.

O colunista Cesar Romero entrevista o vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial, Guilherme Duarte, que faz uma análise sobre "lockdown" e os efeitos negativos no comércio. Destaca ainda a necessidade de Juiz de Fora ter um shopping popular, como única solução para o problema dos camelôs no Centro



GRUPO BAHAMAS

Unimed Juiz de Fora

REDE TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO

TRIBUNA DE MINAS | **TRIBUNA ON LINE** | **TRIBUNA DE MINAS** | **TRIBUNA DE MINAS** | **DOMINGO**

Em todo lugar, sempre perto de você!